

POBREZA E DESENVOLVIMENTO

Uma Perspectiva Inter-religiosa

Introdução

A injustiça, a pobreza material, a violência e a destruição do meio ambiente, características de nosso tempo, dominam o mundo. Por isso, muitas pessoas e instituições estão chegando à conclusão de que estamos fracassando em nossa responsabilidade perante o próximo e o planeta que sustenta nossa vida.

É necessário e urgente que mudemos o modo de viver em nosso mundo. Não podemos continuar culpando simplesmente as outras pessoas.

Chegou a hora de fazer alianças, trocar experiências e formas de pensar, habilidades técnicas, esperanças e sonhos. Com a transformação do presente podemos lançar as bases para um futuro diferente.

Uma dessas alianças é o Diálogo Inter-Religioso Mundial sobre o Desenvolvimento (DIRMD), inaugurado em 1998 como uma conversa sobre pobreza e desenvolvimento entre as diferentes religiões do mundo e entre estas e o Banco Mundial. Nossa missão não é obter consenso, já que uma das heranças mais ricas da humanidade é sua diversidade de critérios e formas de pensar. Entretanto, nosso objetivo é chegar a conclusões capazes de promover mudanças – e isto somente pode ser alcançado através do diálogo e de ações conjuntas.

A “Perspectiva Inter-Religiosa” sobre a pobreza e o desenvolvimento é uma versão revisada e resumida do comentário preparado pelo DIRMD para o primeiro rascunho do Relatório 2000 do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial. Essa versão resumida enfoca os valores e a compreensão que as comunidades religiosas têm a respeito do desenvolvimento e da pobreza.

Esta deve ser a primeira vez que se tratou esse tema a partir de uma perspectiva inter-religiosa. Todavia, para não criar falsas expectativas, é necessário destacar duas limitações importantes. Em primeiro lugar, não pretendemos estabelecer um consenso entre as doutrinas e práticas das diferentes religiões frente ao desenvolvimento e à pobreza. Este consenso não existe nem no interior de cada religião tampouco entre elas. Em segundo lugar, devido à brevidade desse comentário, não abordamos todos os temas que merecem ser estudados e nem mesmo fornecemos argumentos detalhados para sustentar as conclusões apresentadas.

Essa perspectiva inter-religiosa é o resultado de muitas horas de reflexão entre pessoas de diferentes religiões e de todas as partes do mundo. Esperamos que isso nos leve a mais debate e mais ação como parte do processo do DIRMD.

Queremos agradecer a Roger Riddell, que redigiu o primeiro esboço, e a todas as pessoas que contribuíram para a discussão que resultou na versão final deste documento. Mais de cem pessoas colaboraram. Os nomes daquelas que coordenaram conferências e seminários e aquelas cujas contribuições escritas ajudaram-nos decisivamente citamos no final do livreto.

A coordenação do trabalho esteve a cargo de Wendy Tyndale, mas a autoria da “Perspectiva Inter-Religiosa” pertence a todas as pessoas envolvidas no processo.

Queremos agradecer especialmente à Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação, assim como também ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido por seu apoio moral e financeiro.

1. Visão de desenvolvimento

1.1. O desenvolvimento atinge todas as dimensões da existência humana

O ponto de partida das tradições religiosas em suas reflexões sobre a pobreza e o desenvolvimento é a convicção de que toda atividade humana acontece dentro da ordem sagrada do universo. Para os hindus, isso se expressa por intermédio do conceito do Sanatana Dharma - as verdades eternas que estão além de qualquer interpretação religiosa. A visão dos jainistas e budistas é que nada escapa ao ciclo de causa e efeito. Outras religiões falam da vontade de Deus e dos mandamentos divinos. Uma vez que toda atividade humana está limitada a esta ordem divina ou eterna (que está construída para todas as comunidades de fé sobre valores de amor, compaixão, autodisciplina e generosidade), não pode haver uma separação expressiva entre as diferentes dimensões da vida, como a social, econômica, política, ambiental, cultural e espiritual.

As atividades econômicas, como por exemplo o comércio, assim como as celebrações familiares e as festas religiosas fazem parte das relações sociais. As regras para emprestar dinheiro estão intimamente ligadas à justiça comunitária, assim como um sistema educacional ou legal. Todas as pessoas estão sujeitas às mesmas regras morais, mesmo que a interpretação de tais regras ou valores mude de uma cultura para outra.

A partir disso, há um consenso entre todas as comunidades de fé sobre o conceito de desenvolvimento: este somente pode ter algum significado se abrange todas as dimensões da existência humana. Se a ênfase é colocada apenas no desenvolvimento econômico, este fracassa inevitavelmente, assim como se perde o equilíbrio indispensável para o bem-estar humano. Os judeus disseram muito bem: “Onde não há pão, não há Torá (Lei), e onde não há Torá (Lei), não há pão”.

1.2. O desenvolvimento se baseia em valores morais

A fonte de inspiração da visão e motivação das pessoas crentes é sua experiência da realidade suprema, do transcendente ou divino. Assim, um ponto que tende a gerar consenso é que o objetivo final e o fundamento de qualquer processo de desenvolvimento deve ser o fortalecimento da vida espiritual e dos valores morais dos indivíduos e das sociedades.

Nenhuma sociedade pode ser considerada verdadeiramente desenvolvida até que as pessoas que vivem dentro dela tenham assumido como próprias as características conhecidas comumente como virtudes. Estas incluem: a confiança, a solidariedade, o altruísmo, o companheirismo, a honestidade, o respeito pelos outros, a tolerância, o perdão e a misericórdia. Os processos de desenvolvimento que não estão baseados em tais princípios não são apenas inúteis, mas também potencialmente perigosos.

1.3. O desenvolvimento implica compromisso com este mundo

Baseados na premissa de que estes valores são essenciais para o bem-estar de qualquer sociedade, há uma tendência crescente dentro da maioria das religiões em abraçar uma visão que abrange desde o aspecto pessoal até o econômico e político, passando também pelo mundo social e natural. Por exemplo, o bahaísmo definiu o processo de desenvolvimento em termos de construir as bases para uma nova ordem social, capaz de cultivar as potencialidades latentes na consciência humana. Este diálogo enfatiza o compromisso com o mundo.

Haverá sempre uma tensão entre a ênfase na experiência espiritual, por um lado, e a ênfase em construir um mundo melhor, por outro. Por isso o grau e a natureza desse compromisso mudam sensivelmente dentro e entre as comunidades religiosas. Não obstante, muitas pessoas, inspiradas por sua fé, esforçam-se não somente para trazer progressos práticos para a vida dos pobres, mas também para tentar entender as causas e a natureza da pobreza, assim como para analisar os valores e os objetivos dos programas de desenvolvimento.

1.4. O desenvolvimento é um processo aberto

Muitas pessoas de tradições religiosas reconhecem que nenhuma religião pode reivindicar a verdade completa sobre Deus, a origem e o objetivo do universo ou o lugar que os seres humanos ocupam nele. Isso sugere que o significado que se dá à vida é provisório, já que é compreendido e aprofundado pela interação com o mundo e com as pessoas e entre aquilo que “é” e o que “deve ser”, segundo as comunidades religiosas.

A partir dessas premissas, as pessoas religiosas que pensam sobre esses temas sustentam que o desenvolvimento é um processo contínuo, cujos parâmetros são sujeitos à revisão. Neste sentido, a idéia de desenvolvimento contém a idéia de “visão”.

2. Entendendo a pobreza

2.1. A pobreza é um fenômeno multidimensional

A pobreza é entendida, primordialmente, como a carência de recursos para suprir as necessidades básicas da vida. Mas, em muitas sociedades, as pessoas sem esquemas de apoio familiar ou social são consideradas as mais pobres. Contudo, há outras comunidades que consideram que a categoria mais calamitosa da pobreza é aquela que surge da destruição do meio ambiente.

Freqüentemente, pobreza significa viver em situações de conflito sócio-político e de violência. Isso se associa à perda de auto-estima individual e coletiva. A exclusão é a causa principal bem como o resultado da pobreza, que se manifesta em sua forma mais extrema na eliminação da identidade pessoal através da destruição da cultura. A ausência de trabalho e de salários justos está associada diretamente à pobreza. A pobreza também se manifesta na incapacidade de participar da vida social, política e econômica.

Porém, há outras formas de pobreza extrema, que estão enraizadas no terreno espiritual. Uma vida espiritual empobrecida leva ao desconhecimento da presença inviolável do espírito divino em cada ser humano e, por conseguinte, da dignidade humana. Isso também leva ao vazio interior, que faz as pessoas buscarem substitutivos para a espiritualidade, como o dinheiro e o consumismo. Devemos sempre lembrar que gente materialmente pobre possui modelos valiosos de riqueza, que não devem ser esvaziados pelos processos de desenvolvimento.

Afinal de contas, todas as tradições religiosas concordam que a ausência dessas características humanas – “as virtudes”, sem as quais a vida social e as relações interpessoais desmontariam - não somente representa a pobreza em si mesma, mas contribui para a continuação da pobreza em nosso mundo.

Quanto mais se diminui a importância de cultivar valores morais nas pessoas e nas sociedades, tanto maior é o risco de que os processos de desenvolvimento sejam influenciados pelas antivirtudes, como a cobiça, o egoísmo, a cegueira moral, a corrupção, a intolerância, o isolamento e o individualismo.

2.2. A pobreza é um processo multiforme

Conforme a perspectiva de muitas religiões, a pobreza pode ser entendida como a ausência daquilo que as pessoas necessitam para atingir o potencial que Deus lhes deu. Isso sugere que a pobreza deve ser vista como um processo. Quer dizer, ao invés de descrever os diferentes aspectos da pobreza sofrida por indivíduos ou grupos, este método procura explicar como eles chegaram a ser pobres (ou ficaram empobrecidos) ou por que continuaram pobres enquanto outros não.

Essa aproximação histórica ao fenômeno da pobreza tem fortes ressonâncias nas tradições religiosas judaico-cristãs. Sua compreensão daquilo que elas percebem como “a mão de Deus” no mundo foram influenciadas profundamente pela reflexão histórica.

Dada a natureza heterogênea dos pobres, a complexidade da pobreza e a necessidade de examinar as características históricas de grupos específicos de pessoas pobres, individualmente e em seu contexto social, deve-se ter muito cuidado para não presumir que a pobreza é igual em todas as partes. É incorreto imaginar que todas as dimensões da pobreza, mesmo a pobreza extrema, podem ser compreendidas simplesmente reportando-se a certos indicadores comuns. Tampouco se deveria acreditar que a pobreza pode ser reduzida aplicando políticas uniformes para todas as sociedades e nações.

É importante saber diferenciar entre o seguinte:

- pobreza relativa e absoluta;
- pobreza relativamente permanente e pobreza temporária;
- vulnerabilidade (especificamente a vulnerabilidade daqueles que se encontram em vias de empobrecimento e dos que se encontram em transição da pobreza para a extrema pobreza).

Segundo a experiência de grupos religiosos, as diferenças são maiores que as semelhanças entre os grupos de pobres. Por isso, as estratégias baseadas apenas nas semelhanças correm o risco de diminuir a riqueza cultural, minar os valores espirituais e destruir as redes de sobrevivência.

3. Três aproximações à pobreza

3.1. Medidas paliativas imediatas

Dentro da diversidade de visões sobre os pobres e a pobreza nas organizações religiosas, a aproximação mais tradicional foi prover os pobres com bens indispensáveis que estes necessitam para sobreviver.

3.2. Autoconfiança e capacitação

Entretanto, há uma consciência crescente entre as comunidades religiosas de que a “caridade”, entendida como ato de fazer benevolência de cima para baixo, tende a perpetuar a ausência de dignidade associada à pobreza. Portanto, exceto em casos de emergência, um segundo método de aproximação à pobreza busca prioritariamente capacitar os pobres para que possam auto-sustentar-se. Isto se faz trabalhando com eles para adquirirem bens materiais e também habilidade técnica.

Muitas organizações religiosas afirmam que, se os pobres não se envolvem no processo de desenvolvimento, existe um grande risco de que o processo em si vai abalar seus valores mais preciosos. Um exemplo disso foi o colapso das formas comunitárias da posse da terra e das formas de trabalho coletivo através da introdução não-diferenciada da propriedade privada. Outro caso semelhante é a tendência crescente de exigir pagamento por qualquer serviço prestado.

Para que as pessoas possam engajar-se ativamente em seu próprio processo de desenvolvimento, elas precisam participar mais efetivamente de todos os níveis da sociedade através de redes e associações de caráter formal e informal. Muitas comunidades de fé defendem a descentralização do estado para governos locais, sempre e quando existe capacidade local de garantir um governo eficaz. Organizações fortes da sociedade civil farão um papel importante, garantindo a transparência de uma gestão local e fiscalizando o manuseio de fundos em prol do povo. Sem organizações fortes, a corrupção largamente difundida continua sendo um dos maiores obstáculos para reduzir a pobreza em muitos países.

A participação legítima nos processos democráticos não se restringe a ter eleições livres ou promover a liberdade de imprensa. Em muitos casos, é necessário examinar como os diferentes grupos sociais podem influenciar as decisões a nível nacional e, nesse processo, promover um diálogo sobre a própria natureza do Estado e de suas partes constitutivas. Finalmente, não podemos admitir que o modelo ocidental de democracia seja a forma mais adequada de capacitar o povo todo o tempo e em todos os contextos culturais.

O tema da capacitação também se relaciona com o mercado. Qualquer sistema de livre comércio que não reconhece os próprios problemas das estruturas de poder pode causar sérios danos aos mais fracos. Muitos economistas reconhecem esse fato, inclusive aqueles que trabalham para instituições financeiras internacionais

como o próprio Banco Mundial. Por isso propuseram regras mais enérgicas. Esta atitude é saudada pelas comunidades religiosas. Não obstante, aquilo que sugerimos não é nem mais nem menos do que a reestruturação total do sistema internacional de comércio, para permitir aos países pobres e às comunidades pobres dentro deles que concorram em igualdade de condições com os outros.

Assim mesmo, a temática da capacitação geralmente inclui um desafio forte às comunidades religiosas: os velhos hábitos de exercer um controle autoritário devem ser substituídos por formas autenticamente libertadoras, que integrem todos os fiéis sem distinção. Falamos principalmente do tratamento que recebem as mulheres.

3.3. Vínculo entre a pobreza e a riqueza

A terceira aproximação à pobreza adotada pelas organizações religiosas focaliza o vínculo entre a pobreza e a riqueza.

3.3.1. Responsabilidade dos ricos pelos pobres

Todas as religiões caracterizam a pobreza material extrema como uma condenação moral à humanidade contemporânea e como uma traição interna no seio da família humana. Para muitas religiões, como o judaísmo, o cristianismo, o islamismo, o sikhismo e o bahaísmo, o tema da pobreza é uma questão de justiça. Na verdade, a palavra hebraica que significa “caridade” também significa “justiça”. Outras religiões, como os budistas, enfatizam o dever de cuidar do pobre.

Algumas tradições espirituais indígenas rejeitam por completo qualquer acúmulo de riqueza pessoal. Não obstante, a maioria das religiões aceita e até encoraja a riqueza, sempre e quando ela é partilhada e obtida honestamente sem causar prejuízo a ninguém. Em algumas religiões, como o jainismo, isso significa não causar dano a nenhuma criatura ou planta.

Não há nenhuma religião no mundo que não condene o acúmulo de riquezas enquanto outras pessoas vivem na miséria, particularmente devido à relação de causa e efeito entre a pobreza e a riqueza. Tudo isso está resumido num provérbio hindu: “Sempre que tomas mais do que necessitas, estás roubando de alguém”.

Na hora de aplicar esse princípio, os métodos de repartir variam muito. Por exemplo, muitas comunidades indígenas construíram um sistema econômico baseado na permuta. Os muçulmanos aplicam o princípio de Zecat: o repartir obrigatório, enquanto a maioria das igrejas cristãs fala do repartir voluntário. Dana (dar ou repartir) é um dos fundamentos da prática religiosa budista. Outra norma que protege os pobres encontramos nas regras bancárias dos muçulmanos. Ali diz que aqueles que emprestam dinheiro deveriam compartilhar o risco que corre seu capital, recebendo um percentual do lucro gerado em vez de cobrar juros.

As comunidades de fé estão convencidas de que uma distribuição mais equitativa da riqueza mundial é necessária para reduzir a pobreza. Afirmamos que, se existir vontade política, os mecanismos adequados para alcançar essa meta poderiam ser executados sem maiores problemas.

3.3.2. As estruturas sociais, políticas e econômicas precisam ser mudadas

Muita pobreza existe porque os processos de desenvolvimento não levam em conta os mais pobres. Frequentemente, os poderosos e os ricos são favorecidos de forma desproporcional. Isso lhes permite consolidar-se em posições privilegiadas, a partir das quais se aproveitam para aumentar sua riqueza e influência social, prejudicando assim os menos afortunados. A solução para a pobreza, portanto, requer formas de engajamento que vão além do fornecimento de recursos para a participação e capacitação dos pobres. É necessário que haja mudanças nas estruturas e nas instituições.

A Igreja Católica Romana, por exemplo, destaca em seus ensinamentos a função social da propriedade privada. Isso significa que tem que acontecer uma mudança no estilo de vida dos ricos, assim como transformações nos modelos de produção e consumo e nas estruturas de poder que regem a sociedade

contemporânea. Os muçulmanos, os taoístas e muitos outros apóiam essa proposta, argumentando que os modelos de desenvolvimento que não levam em conta a relação entre ricos e pobres, poderosos e fracos, nunca produzirão mudanças duradouras a favor da maioria das pessoas pobres.

Precisamente sua falta de identificação com os pobres - um pré-requisito para as estratégias de desenvolvimento baseadas na solidariedade - é o que permite a muitos agentes poderosos da comunidade internacional abrirem mão de sua responsabilidade pelos aspectos disfuncionais das políticas econômicas e dos mecanismos do mercado. Isso inclui a perspectiva de que os países e as pessoas pobres teriam que competir no mercado livre, ainda que este lhes imponha condições muito desiguais. Este mesmo mercado também está levando à destruição do planeta que nos sustenta. O sistema atual também impõe dívidas impagáveis aos países mais pobres do mundo.

3.3.3. Ajuda internacional

Somente quando os poderosos entenderem que a humanidade inteira é uma só família, então compreenderemos o horror de haver deixado morrer tantas pessoas enquanto outras estão sendo dominadas pelo excesso de bens. Entretanto, não se trata apenas de uma questão moral, mas de uma questão prática de nossa interdependência. A globalização certamente nos está ensinando que ninguém vai sobreviver, a menos que a paz, apoiada na justiça social no plano nacional e internacional, seja a meta do desenvolvimento.

Nesse contexto, deve-se considerar a questão da ajuda internacional. Por intermédio de reuniões com os grupos religiosos, os pobres tiveram a oportunidade de manifestar seu mal-estar pelas lamentáveis e pequenas quantidades de ajuda que chegam àqueles que precisam dela. Além disso, as estratégias usadas tendem a criar relações verticalistas, não somente nos países, mas também nas comunidades e pessoas. Este modelo tende a minar a dignidade dos beneficiários; longe de capacitá-los, isso gera o contrário. Outro problema é que, frequentemente, as prioridades estabelecidas e as condições impostas não respondem à situação do país e são estranhas à sua cultura. Além disso, um grande problema não resolvido é a corrupção.

4. Direitos humanos

A forma de apresentar os direitos humanos hoje é uma formulação secular do conceito espiritual: a dignidade inerente a cada pessoa. Por isso, encontramos seu fundamento nos princípios básicos de todas as religiões. Conscientes da diversidade de opiniões entre e dentro das comunidades religiosas, nós gostaríamos de recomendar que as estratégias de desenvolvimento considerassem os direitos das pessoas. Enfatizar os direitos é importante com vistas ao crescente consenso de que é inaceitável anular alguns direitos humanos no interesse do desenvolvimento. Além disso, um conceito multidimensional da pobreza deve incorporar, num sentido integral, os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

5. Enfoque nas pessoas

5.1. Os seres humanos são a prioridade

Se o desenvolvimento deve “trazer boas novas para os pobres”, como acreditam os cristãos, então o enfoque nas teorias econômicas deve passar a um segundo plano e a preocupação prioritária deve ser o bem-estar das pessoas. O desenvolvimento é um processo que deveria ser iniciado e dirigido pelas pessoas e para as pessoas; não pode ser limitado a abstrações meramente técnicas.

5.2. O desenvolvimento inclui todos

A maioria das religiões compartilha uma preocupação central não somente pelas pessoas em geral, mas por todos os seres humanos e todos os povos. Os sikhs ensinam que Deus ama todos e todas sem distinção de origem, credo religioso ou situação econômica e social. Podemos encontrar essa convicção explicitamente em muitas outras tradições religiosas. Ela é a base para acreditar que todos os seres humanos têm o mesmo valor e devem ser tratados com igualdade. Também para aquelas religiões que ensinam que as ações do passado

determinam as condições do nascimento da pessoa, existe a necessidade de garantir que todos e todas tenham a mesma oportunidade de melhorar suas vidas. Por exemplo, o sistema de castas do hinduísmo foi concebido originalmente como uma divisão do trabalho. Somente com o tempo o sistema de castas transformou-se num sinônimo da exclusividade baseada na hierarquia.

Assim, em diferentes níveis, os indivíduos, grupos e culturas que se encontram em condições de desvantagem devem ser protegidos e apoiados para que possam engajar-se no processo de desenvolvimento. O mesmo vale para as nações em condições desvantajosas. Essa opção pelos excluídos é um critério básico assegurado pela maioria das organizações religiosas que trabalham com desenvolvimento na hora de tomar decisões políticas e fazer escolhas práticas.

Creemos que, a longo prazo, dar prioridade aos mais necessitados não é incompatível com os cálculos de custo e benefício, mesmo que os resultados não sejam visíveis imediatamente. A experiência nesse campo provou que, se o critério básico para um processo de desenvolvimento é o cálculo de custo e benefício a curto prazo, as pessoas mais marginalizadas e mais pobres ficam esperando inutilmente para receber os benefícios que têm que ser filtrados de cima para baixo. Neste sentido, o critério tem sido responsável, em parte, pela não-erradicação da pobreza.

Quanto à proposta de incluir todos sem discriminação, cabe dizer que os estrategistas de desenvolvimento não são os únicos a serem criticados. Como toda comunidade humana, as comunidades religiosas freqüentemente têm falhado no cumprimento de seus próprios princípios. Muita discriminação e exclusão no mundo é levada a cabo por grupos religiosos, cujos membros são chamados a reexaminar suas atitudes e práticas.

As mulheres têm um papel importante nesse debate. Não existe nenhuma justificativa moral em nenhuma religião que legitime a discriminação que a mulher enfrenta na maioria das sociedades, limitando seu potencial e sua capacidade para participar do processo de desenvolvimento. Como já foi dito anteriormente, um dos maiores desafios que as instituições e comunidades religiosas enfrentam é rever o tratamento dispensado às mulheres à luz de sua percepção da ordem divina, na qual o amor e a compaixão são os princípios dominantes.

5.3. Ouvindo os pobres

Ouvir com atenção aquilo que os pobres têm a dizer sobre os processos de desenvolvimento é de importância vital, já que isso faz da pobreza um tema que envolve diretamente os seres humanos. Não obstante, devem ser levados em consideração os seguintes fatores:

- * Em razão do limitado acesso à informação por parte da maioria dos pobres, a “voz dos pobres” não pode proporcionar uma análise exaustiva da pobreza. Conscientes dessa limitação, devemos esforçar-nos para distinguir a verdade daquilo que as pessoas dizem de suas próprias comunidades – uma realidade que eles conhecem melhor do que ninguém.

- * Há um risco em aceitar que os pobres queiram repartir com todo o mundo sua própria forma de compreender sua pobreza e, especialmente, seus temores pelo futuro.

- * A experiência histórica nos ensina que, conforme muda a vida dos pobres, também muda seu entendimento sobre como obter mudanças. Da mesma maneira, articularão suas necessidades e desejos de formas diferentes. Por exemplo, as prioridades de uma comunidade em tempos de guerra não são as mesmas em tempos de paz.

- * Finalmente, ouvir o pobre deve envolver o primeiro princípio moral de qualquer trabalho de desenvolvimento: construir amizade e confiança. As pessoas de fora que se aproximam de uma comunidade somente para conhecer seus pensamentos, mas não para satisfazer necessidades, podem facilmente gerar expectativas falsas entre as pessoas. Perguntar a uma comunidade se ela necessita de uma escola, por exemplo, facilmente seria interpretado por esta como uma oferta concreta.

5.4. O desenvolvimento não deve prejudicar o pobre

Uma das conseqüências mais importantes do enfoque das comunidades religiosas sobre os seres humanos é aquela que estabelece que qualquer processo de desenvolvimento que gera ou perpetua a pobreza é ilegítimo,

mesmo que sua meta a longo prazo seja eliminar a pobreza. Um princípio básico do desenvolvimento “justo” é que, no mínimo, não deveria prejudicar o pobre.

Para colocar o pobre no centro do desenvolvimento, nós sugerimos que se faça tudo para assegurar que as políticas macroeconômicas não contrariem medidas locais para favorecer o pobre. Repetidas vezes, os programas das instituições religiosas foram neutralizados por programas de ajuste estrutural e por mecanismos financeiros e mercadológicos internacionais.

A relação entre a estabilidade macroeconômica e o gasto nas áreas sociais e com os pobres deve ser examinada com cuidado. Muitos países que buscam implementar as políticas macroeconômicas consideradas corretas pelas instituições financeiras internacionais se deram conta de que não existe correspondência entre as necessidades dos serviços sociais essenciais e os fundos destinados para seu funcionamento - em muitos casos devido às altas percentagens da renda nacional desembolsadas para pagar a dívida externa.

6. Comunidade

Pertencer a uma religião significa a interação de pessoas em grupos - na sinagoga, no templo, na mesquita, na gurdwara (casa de adoração dos sikhs), na igreja, etc. - , assim como na família, nas comunidades e entre as diferentes culturas. A partir da perspectiva da fé, não se pode entender a humanidade enfocando somente o indivíduo. Na verdade, a compreensão budista da origem do sofrimento reside na falsa ilusão de entender alguém como um ser isolado e independente, que vive num mundo de coisas isoladas e independentes.

As estratégias de desenvolvimento necessitam incluir a idéia de comunidade, fortalecendo, assim, os laços sociais naturais que unem os pobres. As redes sociais e as comunidades não somente provêem assistência em momentos de necessidade, mas também proporcionam auto-estima, identidade, propósito e integração.

Gostaríamos de chamar atenção sobre a confusão que se cria ao identificar “comunidade” com “coesão social”. Este último termo tem que ser definido adequadamente. Já que desenvolvimento significa mudança, também mudarão as relações sociais e as alianças históricas. Assim também mudará aquilo que se entende por coesão social, de acordo com os diferentes contextos. Um problema enfrentado por sociedades dominadas por grupos étnicos particulares é que a “coesão social” foi usada para limitar o poder das minorias. A “coesão social” que perpetua a opressão deve ser contestada, não mantida.

Também é relevante nesse debate o tema da desigualdade social, um fenômeno que, às vezes, é visto como negativo somente quando limita as possibilidades do crescimento econômico. Há alguns casos em que os pobres se beneficiaram materialmente do crescimento econômico apesar da desigualdade. Mas nossa experiência diz que essas estratégias quase sempre beneficiam os afortunados e prejudicam os pobres. Definitivamente não contribuem para a construção de comunidades pacíficas nem para uma verdadeira coesão social. Organizações religiosas que trabalham com pessoas que ficaram sem casa ou sem terra ou que perderam seu emprego, como resultado do aumento do poder dos ricos sobre os pobres, questionariam qualquer estratégia econômica que gere a desigualdade, mesmo que seja acompanhada de um crescimento global.

A necessidade de construir comunidades mais fortes foi reconhecida no debate sobre o “capital social”, um conceito que explora a forma como as relações interpessoais condicionam a conduta econômica e como podem incrementar a eficiência econômica e reduzir a vulnerabilidade. Mas a mera descrição das associações humanas em termos econômicos provoca inquietação em nós. Por acaso o uso de grupos comunitários para fins estritamente econômicos não corre o risco de desgastar muitos dos mais importantes elementos que formam seu valor intrínseco?

Nossa reflexão sobre a comunidade deve reconhecer que os conflitos entre diferentes grupos religiosos contribuíram, freqüentemente, para o colapso da comunidade e da coesão social. Em muitos casos, esses conflitos foram agravados e usados por outras forças para produzir ou perpetuar tais rupturas. Os líderes das comunidades religiosas têm um papel muito importante não somente na solução desses conflitos, mas também na identificação de áreas de alto risco e na prevenção de tais conflitos.

7. Diversidade cultural

A forte tradição no meio dos povos hindu e muçulmano de receber como bem-vindo “todo estranho que bate à sua porta” encontramos, a princípio, na maioria das comunidades religiosas. Mesmo sendo frágeis, as instituições humanas falharam com frequência ao colocar em prática tais princípios de aceitação ou mesmo tolerância mínima.

Para muitas comunidades religiosas, a diversidade cultural converteu-se num tema prioritário no processo da globalização. Alguns grupos religiosos reagiram refugiando-se no fundamentalismo. Outros entenderam a globalização como um facilitador que torna viável uma maior interação entre as religiões, gerando um entendimento mútuo mais profundo e, possivelmente, maior tolerância do que habitualmente. Porém mesmo entre os grupos religiosos mais abertos à globalização existe um pressentimento de que o colapso de diferentes culturas se torna cada dia mais visível.

A cultura pode ser expressa através da arte, da música ou da literatura, mas, em sua essência, a cultura é o meio utilizado pelas pessoas para dar sentido e ordem ao mundo. Se as visões e os valores dos povos, suas percepções da realidade e suas crenças mais queridas são desrespeitadas, sua própria identidade estará ameaçada. Se sítios sagrados são violados por razões econômicas, se é permitida a lógica de custos e benefícios, se não se permite tempo para ritos altamente valorizados e se são realizadas quaisquer outras atividades percebidas como uma violação da ordem intrínseca à vida humana no universo, então o povo será afastado de suas raízes ou, no final, será excluído do processo de desenvolvimento.

Cada comunidade deve contar com o direito de praticar seu próprio sistema econômico, mesmo que esse conviva com outros modelos. A posse comunitária de bens, a permuta e o trabalho coletivo são formas de organizar a vida econômica de uma comunidade. Cada sistema incorpora valores específicos como o respeito, a generosidade e a importância dos vínculos familiares e sociais e faz parte da cultura e da identidade de um povo. Um programa de desenvolvimento que pretende “modernizar” uma comunidade sem considerar esses fatores corre o risco de levá-la à extinção. Afinal de contas, cada sociedade tem o direito de organizar sua vida segundo seus valores mais preciosos.

Entretanto, é prudente salientar que as culturas não são estáticas. Não estamos dizendo que todos os aspectos de cada cultura devem ser preservados a todo custo, especialmente quando se trata de relações de gênero. Mas se deve admitir que as mudanças em qualquer cultura vão evoluindo segundo seu próprio contexto.

8. Trabalho

Muitas tradições religiosas sustentam que uma das necessidades básicas de todo ser humano é relacionar-se ativamente com outros seres humanos e com o próprio mundo, realizando um trabalho produtivo e criativo. O objetivo do trabalho não é somente produzir a subsistência e sustentar a sociedade, mas também trazer satisfação para os trabalhadores e trabalhadoras por sua participação no processo de produção e distribuição, oferecendo serviço a toda a comunidade. Em algumas comunidades de fé, isto é visto como a forma suprema de adoração.

O mundo do trabalho está mudando rapidamente. Hoje, milhões de pessoas têm que ganhar sua subsistência através de um trabalho sem sentido. Além disso, diante de uma crescente distribuição desigual da riqueza, o próprio trabalho está cada vez mais escasso. Nesse contexto, toda estratégia de desenvolvimento deve buscar a criação de empregos e engajamento na sociedade.

Por um lado, o direito ao trabalho pressupõe o direito a uma remuneração justa, seja por meio de um salário justo ou do livre acesso ao mercado. O trabalho forçado, a remuneração desigual para as mulheres e o salário abaixo de certos níveis violam todos os conceitos de respeito para com outras pessoas e também a justiça. Já que a mão-de-obra é o único trunfo que muitos pobres têm, programas de desenvolvimento que destaquem o emprego para todos levarão a uma maior distribuição da riqueza.

Por outro lado, é importante reconhecer a plena legitimidade do trabalho voluntário. O espírito do serviço em prol dos outros não apenas significa sacrifício pessoal. Também pode produzir na pessoa voluntária auto-satisfação e compensação. No futuro, o trabalho voluntário se tornará cada vez mais importante; por exemplo, na construção da sociedade civil, especialmente a nível local. Em todo programa de desenvolvimento, o trabalho voluntário deve ter o mesmo status que o trabalho remunerado. Também se deve dar o mesmo valor aos diferentes tipos de trabalho remunerado, seja intelectual ou braçal.

As comunidades de fé acreditam que as reformas políticas devem, quando apropriado, incluir incentivos para pequenos agricultores e indústrias locais que produzem alimento para o mercado local e ativam a economia local. Sempre são bem-vindos os programas governamentais de emprego, mas seria ainda mais frutífero a longo prazo garantir que os pobres tenham acesso ao mercado. Não se trata simplesmente de reviver modelos do passado. Deve ser feita uma nova reflexão sobre o trabalho, para ver como as pessoas podem ser ocupadas hoje de uma forma proveitosa e com dignidade.

9. Meio ambiente

Judeus, muçulmanos e cristãos acreditam que o mundo pertence a Deus, que deu aos seres humanos a responsabilidade de ser bons mordomos da natureza. Algumas tradições espirituais indígenas, o taoísmo e o jainismo enfatizam mais a interdependência entre os seres humanos e a natureza. Essa interdependência não se restringe a um mero equilíbrio estabelecido pelas leis naturais. Isso envolve a responsabilidade dos seres humanos de não apenas cuidarem-se mutuamente, agora e no futuro, mas também cuidarem do resto da criação. Grupos indígenas do mundo todo têm uma visão particular sobre a necessidade de respeitar e preservar a relação da comunidade humana com seu passado e seu futuro por intermédio da criação sagrada da natureza.

Sob qualquer ponto de vista, todas as comunidades religiosas concordam que os seres humanos têm o dever de preservar o mundo natural, que é seu lar. Isso significa que o desenvolvimento deve garantir que a interação entre as pessoas e os recursos naturais não produza um meio ambiente insalubre. Tampouco deve levar ao esgotamento de recursos naturais não-renováveis ou diminuir a viabilidade do ecossistema.

Todas as religiões compreendem a idéia da limitação e aceitação de limites como um aspecto fundamental daquilo que significa ser humano. Esse conceito tem sido a contribuição única das religiões desde sempre para entender a relação entre os seres humanos e a natureza.

10. Educação moral

Encerramos com o mais importante tema desse trabalho: a educação moral. No coração de todas as comunidades de fé encontra-se o objetivo do autoconhecimento, que conduz para a transformação pessoal ou perfeição, como a única via de aproximar-se do Deus supremo e/ou alcançar a paz total e a felicidade. Os caminhos são muitos. Budistas aspiram libertar-se da ilusão de que o egoísmo e a avareza levarão à felicidade. Cristãos almejam aprender a amar Deus e seus semelhantes como a eles próprios. Muçulmanos procuram encontrar a paz por intermédio da submissão à vontade divina. É a firme convicção das tradições religiosas que, se não se empreendem esses processos libertadores, os indivíduos e, por consequência, as sociedades nunca serão capazes de fazer suas aquelas virtudes que são a base do verdadeiro desenvolvimento.

O desenvolvimento é primeiro e antes de tudo uma questão de progresso moral e espiritual. O desenvolvimento não é estático, mas um processo dinâmico, cujo ponto essencial não é tanto ter mais, mas ser mais. Aqui entra o princípio da dignidade humana. (Ao mesmo tempo, reconhecemos totalmente que alguém necessita freqüentemente ter mais para poder ser mais, em especial quando não tem nada.)

As comunidades religiosas acreditam que a ênfase atual na educação como algo mais do que capacitação para um futuro emprego está profundamente equivocada. Toda a capacitação técnica do mundo não ajudará a sociedade a avançar, a menos que as pessoas sejam também educadas em aspectos morais e espirituais que os capacitem para usar suas habilidades em prol do bem comum. Por exemplo, a capacitação legítima para um

nível mais alto nunca produzirá bons juízes, a menos que seja acompanhado pelo desenvolvimento de um senso de justiça balanceado com compaixão.

Foi dito que a disseminação de idéias positivas é tão importante quanto a ação social. Hoje mais do que nunca podemos ver que somente as idéias positivas e os valores de amor, solidariedade, verdade e justiça são capazes de conferir à ação social algum sentido. Sem a maturidade espiritual necessária, que capacita as pessoas não apenas a se tolerarem mutuamente, mas valorizarem suas diferenças, nenhum programa de desenvolvimento conseguirá levar até a humanidade a verdadeira prosperidade, que significa a paz pessoal e social.

Participantes

Nossos agradecimentos às seguintes pessoas: Rev. Freddy de Alwis, Prof. P. D. Premasiri, Gajapati Maharaja Dibyasingha Deb, Swami Agnivesh, Dr. Kamla Chowdhry e Fr. Jean-Claude Lavigne, que coordenaram seminários e conferências para nós; também para Ir. Lalith Abeysinghe, Swami Amarananda, Prof. Christopher Barrett, Dr. Elizabeth J. Harris, Dr. Javier Iguñiz, Dr. Azim Lakhani, Mauricio Laborde, Prof. David Loy, Rev. Canon Richard Marsh, Bispo Diarmuid Martin, Arcebispo Njongfonkulu Ngundane, Prof. P.D. Premasiri, Andrew Rogerson, William F. Ryan SJ, Prof. Jeffrey Solomon, Paul Spray e Matthew Weinberg, que participaram muito ativamente da preparação e produção dos documentos.

Também gostaríamos de expressar nossos agradecimentos às seguintes pessoas, cujos trabalhos contribuíram para as idéias e conclusões da “Perspectiva Inter-Religiosa”:

Lalith Abeysinghe, Swami Agnivesh, Swami Amarananda, Lawrence Arturo, Christopher Barrett, Pierre Beemans, Fr. Sergio Bernal, Ven. Bikkhu Bodhi, Gurpal S. Bhulla, Samuel Bowles, Kamla Chowdhry, Khageswar Das, Sachinandana Dasa, Mansoor Durrani, G.F.R. Ellis, Paul Francis, Remo Gautschi, Denis Goulet, Elizabeth J. Harris, HRH Prince El Hassan bin Talal, B.K. Jagdish Chander Hassija, Susan Hawley, Magda van Hoyweghen, Begoña Innarra, Ethan Kapstein, Mumtanz Ali Khan, Thomas G. Lachs, Azim Lakhani, Jean-Claude Lavigne, Pierre Lefebvre, Marc Lenders, David Loy, Richard Marsh, Nambaryn Enkhbayar, Manfred A. Max-Neef, A. K. Merchant, Vic Missiaen, Swami Nirmalananda, Michel Norro, Martin Palmer, Chandra Asekhar Path, Swami Pranarupananda, P.D. Premasiri, T.P. Radhakrishnan, Roger Riddell, Margareta Ringström, Andrew Rogerson, William F. Ryan SJ, Julio de Santa Ana, Swamini Saradapriyananda, Alan Senauke, Kishore Shah, Swami Shashankananda, Alice Sindzingre, Paul Spray, Dominique Temple, Shams Vellani, Matthew Weinberg, Sunil Wijesiriwardena, Alex Wilks, Hassan Zaoual e os autores dos ensaios na publicação “Religiões do Mundo e o Desenvolvimento: Documentos escritos para o encontro entre o Banco Mundial e representantes das religiões do mundo”, realizado no Palácio de Lambeth, em Londres, em fevereiro de 1998.

INDICE

Introdução	
1. Visão de desenvolvimento	
1.1. O desenvolvimento atinge todas as dimensões da existência humana	
1.2. O desenvolvimento se baseia em valores morais	
1.3. O desenvolvimento implica compromisso com este mundo	
1.4. O desenvolvimento é um processo aberto	
2. Entendendo a pobreza	
2.1. A pobreza é um fenômeno multidimensional	
2.2. A pobreza é um processo multiforme	
3. Três aproximações à pobreza	
3.1. Medidas paliativas imediatas	
3.2. Autoconfiança e capacitação.....	
3.3. Vínculo entre a pobreza e a riqueza	
3.3.1. Responsabilidade dos ricos pelos pobres	
3.3.2. As estruturas sociais, políticas e econômicas precisam ser mudadas	
3.3.3. Ajuda internacional	
4. Direitos humanos	
5. Enfoque nas pessoas	
5.1. Os seres humanos são a prioridade	
5.2. O desenvolvimento inclui todos	
5.3. Ouvindo os pobres	
5.4. O desenvolvimento não deve prejudicar o pobre	
6. Comunidade	
7. Diversidade cultural	
8. Trabalho	
9. Meio ambiente	
10. Educação moral	
Participantes	

Diálogo Inter-Religioso Mundial sobre o Desenvolvimento
33-37 Stockmore Street, Oxford, OX4 1JT, Reino Unido
Tel/Fax:(44)1865 790011
E-mail:wfdd@btinternet.com Website: **Error! Bookmark not defined.**wfdd.org.uk

Os leitores podem reproduzir este documento sempre e quando citarem a fonte

Tradução e publicação em português coordenada por:
Editora Sinodal
Caixa postal 11
93001-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51)590-2366
Fax: (51)590-2664
Home-page: **Error! Bookmark not defined.**

Tradução: Rui Bender